



RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 14/2021/TCMPA, de 07 de julho de 2021.

EMENTA: *Dispõe sobre a Política de Saúde e Qualidade de Vida do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.*

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do **artigo 2º, incisos II e VI, da Lei Complementar n.º 109, de 27 de dezembro de 2016 c/c artigos 2º, inciso II e 210, do Regimento Interno do TCMPA (Ato 23)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

CONSIDERANDO a Política de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, instituída pela Resolução Administrativa n.º 13/2021;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Contas dos Municípios aderiu à Sistemática de Qualidade e Agilidade do Controle Externo proposta pela Associação Nacional dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, Regulamento n.º 01/2013, de 02 de julho de 2013, em que a Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho consta como tema a ser perseguido, compondo, inclusive o indicador de Desempenho Institucional deste Tribunal;

CONSIDERANDO a necessidade de estruturar as ações já desenvolvidas com a finalidade de criar uma identidade para o Programa QVT no âmbito deste Tribunal;

CONSIDERANDO que a capacidade de o Tribunal gerar resultados depende, essencialmente, da competência, motivação, comprometimento e integração de seus servidores e que esses aspectos podem ser impulsionados por políticas institucionais de gestão de pessoas;

CONSIDERANDO que o aprimoramento da gestão de pessoas é um dos *macrodesafios* do TCMPA, o que compreende a necessidade de motivar e comprometer as pessoas, bem como buscar a melhoria do clima organizacional e da qualidade de vida dos servidores;

CONSIDERANDO, ainda, o poder regulamentar do TCMPA, em matéria de pessoal e na organização de seus serviços auxiliares, consignado nos termos da **Lei Complementar n.º 109/2016** e do **RITCMPA** (Ato 23).

CONSIDERANDO, por fim, a proposta de Resolução Administrativa apresentada à Presidência pela Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Jurídica, a qual se fez acatar pela Exma. Conselheira-Presidente



MARA LÚCIA, seguindo ao conhecimento do Colegiado, na Sessão Ordinária Virtual de 30/06/2021, para subsequente aprovação, por unanimidade, na Sessão Ordinária Virtual de 07/07/2021.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica aprovada e instituída a Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, no âmbito do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos desta Resolução, com os seguintes objetivos:

I - definir princípios, diretrizes, estratégias e parâmetros para a implementação, em caráter permanente, de programas, projetos e ações institucionais voltadas à promoção e à preservação da saúde física e mental dos servidores;

II - coordenar e integrar ações e programas nas áreas de assistência à saúde, promoção, prevenção e vigilância em saúde dos servidores a fomentar a construção e a manutenção de meio ambiente de trabalho seguro e saudável e, assim, assegurar o alcance dos propósitos estabelecidos no Plano Estratégico do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 2º. A Política de que trata esta Resolução será orientada pelos seguintes princípios:

I - universalidade de ações, contemplando todos os servidores ativos e seus dependentes, e servidores inativos do Tribunal;

II - abordagem biopsicossocial do processo saúde/doença;

III - integralidade das ações em saúde;

IV - democratização da governança desta Política e das ações em saúde.

Art. 3º. As atividades da Política serão norteadas pelas seguintes diretrizes:

I - implementação de ações preventivas e de promoção da saúde, com prestação de pronto atendimento, com



vista a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho;

II - manutenção da estrutura física e organizacional da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida, em consonância com as normas técnicas;

III - adequação orçamentária à implementação e desenvolvimento da Política;

Parágrafo único. A Diretoria de Gestão de Pessoas por intermédio da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida deve estabelecer indicadores, metas, programas, projetos e ações vinculadas a cada diretriz, de forma alinhada a Política de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará.

CAPÍTULO III DAS ESTRATÉGIAS

Art. 4º. São estratégias básicas da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho:

I - Prevenção de Riscos Ambientais;

II - Mapa de Risco - MR;

III - Saúde Ocupacional;

IV - Ergonomia e Ambiente;

V - Ginástica Laboral;

VI - Ações de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho;

VII - Incentivo à prática de atividade física;

VIII - Programa de Pré-Aposentadoria.

CAPÍTULO IV DAS AÇÕES EM SAÚDE

Art. 5º. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará deve:

I - manter a Divisão de Saúde e Qualidade de Vida no organograma da Instituição;

II - prestar assistência à saúde, de forma indireta, por meio de auxílio-saúde;

§1º. O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará pode, observadas as previsões legais, fazer constar dos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados a necessidade de a empresa contratada oferecer plano de saúde aos respectivos trabalhadores.



§2º. As ações em saúde podem contemplar, no que couber, os trabalhadores terceirizados, especialmente quando não disponham de plano de saúde próprio.

Art. 6º. São atribuições da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP, através da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida, sem prejuízo de outras estabelecidas em atos internos do Tribunal:

I - propor, coordenar e executar as ações em saúde;

II - prestar assistência à saúde dos servidores;

III - realizar ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde, tais como campanhas, pesquisas e ações de divulgação;

IV - realizar ou gerir exames periódicos de saúde;

V - proceder à análise ergonômica dos ambientes, processos e condições de trabalho;

VI - realizar perícias administrativas em saúde, promovendo a normatização e a uniformização dos critérios e procedimentos, nos termos da legislação pertinente;

VII - registrar e acompanhar as análises de acidentes em serviço e doenças ocupacionais;

VIII - produzir e analisar dados estatísticos, tomando-os como subsídios para a propositura de novas ações na área de saúde.

§1º. O disposto neste artigo não obsta, quando necessário, a contratação de instituição externa para auxiliar ou fornecer serviços especializados na área de saúde, observadas as previsões legais.

§2º. As ações em saúde descritas no inciso I devem ser direcionadas, prioritariamente, à redução da incidência das patologias predominantes nos exames periódicos de saúde e aquelas identificadas como causas mais importantes de absenteísmo por doença.

§3º. Para realizar as perícias em saúde de que trata o inciso VI, deste artigo, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará pode solicitar auxílio de profissionais de saúde de outros Órgãos ou de Instituições Públicas, conforme orientações dos Órgãos regulamentadores.

Art. 7º. O Tribunal deve adotar as providências necessárias para conferir estrutura física e organizacional

Travessa Magno de Araújo, 474, Telégrafo, Belém, PA, CEP: 66.113-55

(91) 3210-7500 - www.tcm.pa.gov.br



adequada a Divisão de Saúde e Qualidade de Vida, provendo-a com equipe multiprofissional especializada, com atuação transdisciplinar.

§1º. A equipe de que trata o *caput* deve ser composta por servidores das áreas de medicina, odontologia, fisioterapia, enfermagem, psicologia e serviço social.

§2º. O dimensionamento da Divisão de Saúde e Qualidade de Vida deve levar em conta o número total de servidores, a complexidade das ações executadas, e as particularidades do TCM.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. As ações voltadas ao atendimento da Política de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho serão implementadas pela Diretoria de Gestão de Pessoas do TCM, e executadas pela Divisão de Saúde e Qualidade de Vida.

Art. 9º. A Presidência fica autorizada a expedir os atos necessários à regulamentação desta Resolução e a dirimir os casos omissos.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 07 de julho de 2021.

Conselheira MARA LÚCIA
Presidente

Conselheiro ANTONIO JOSÉ GUIMARÃES
Vice-Presidente

Conselheiro SÉRGIO LEÃO
Corregedor

Conselheiro DANIEL LAVAREDA
Ouvidor

Conselheiro JOSÉ CARLOS ARAÚJO

Conselheiro CEZAR COLARES

Conselheiro LÚCIO VALE